

ESTRUTURA DO PROJETO DE PESQUISA

1. Título:

Reflexões epistemológicas inerentes à metodologias, processos educativos e resultados do programa incubadora de organizações coletivas autogeridas, solidárias e sustentáveis (IOCASS)

2. Área (s)/Linha (s) de Pesquisa contempladas (homologadas no CONEPE):

Ciências Humanas: Sociologia

- a) Desenvolvimento Regional Sustentável e as transformações no mundo trabalho (GDRS)
- b) Gestão agricultura familiar e agroecologia (GAFA)
- c) Cultura, política e sociedade (GCPS)

3. Resumo (no máximo 300 palavras):

O Programa de Extensão da Incubadora de Organizações Coletivas Autogeridas, Solidárias e Sustentáveis (IOCASS) objetiva analisar e avaliar epistemologicamente políticas públicas, metodologias de incubação e processos educativos desenvolvidos junto aos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) na Bacia do Território do Alto Paraguai. O Programa IOCASS constitui-se em um programa permanente de ações e reflexões sobre o mundo do trabalho. A metodologia que instrui as ações centram-se na pesquisa-ação e pesquisa participante e acontecem a partir do processo de pré-incubação, incubação e desincubação de EES, na perspectiva do diálogo entre a pesquisa qualitativa e quantitativa e na busca de um trabalho interdepartamental que não apenas promove, mas é dependente da interlocução entre o ensino, a pesquisa e a extensão numa visão inter e transdisciplinar. Nesse sentido utiliza-se de diferentes ferramentas e envolve atividades de diagnóstico, formação dos agentes envolvidos, assessoria técnica, construção e disseminação de tecnologias sociais e de autogestão, formação e fortalecimento de redes de cooperação entre os EES e instituições parceiras, apoio à políticas públicas para a Economia Solidária. Orientações nos processos de articulação da compra de insumos, a produção e a comercialização de produtos. Espera-se que a incubadora solidifique parcerias e possa contribuir com o fortalecimento dos empreendimentos e com a construção de políticas públicas que possam garantir a sustentabilidade do desenvolvimento das atividades dos EES que atuam de forma coletiva e solidária. Bem como, ampliem o papel social da

universidade junto à sociedade.

4. Palavras chave (no mínimo 3; no máximo 5):

Políticas públicas, Economia solidária, Autogestão, Incubadora, Inclusão socioproductiva

5. Introdução:

A pesquisa reflexões epistemológicas inerentes à metodologias, processos educativos e resultados do Projeto/Programa Incubadora de Organizações Coletivas Autogeridas, Solidárias e Sustentáveis (IOCASS) se dará junto aos Os EES atendidos no processo de incubação do Programa de Extensão da Incubadora de Organizações Coletivas Autogeridas, Solidárias e Sustentáveis (IOCASS).

Numa estreita interface com a extensão vai trabalhar com pessoas oriundas de assentamentos de reforma agrária, agricultores familiares, comunidades tradicionais, catadores e outros localizados no território da cidadania do Alto Paraguai em Mato Grosso.

Esses Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) são normalmente constituídos por pessoas em estado de vulnerabilidade social, com baixa escolaridade, sem perfil empresarial e com dificuldades de acesso a informação. Dentre outras coisas o projeto visa pela lógica da Economia Solidária, da Agroecologia, da Inovação Social, de Tecnologia Social e do Empreendedorismo Social promover a inserção da UNEMAT na sociedade promover a inclusão socioproductiva desses trabalhadores.

O Objetivo desse projeto/programa é analisar e avaliar epistemologicamente políticas públicas, metodologias de incubação e processos educativos desenvolvidos junto aos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) na Bacia do Território do Alto Paraguai. O Programa IOCASS constitui-se em um programa permanente de ações e reflexões sobre o mundo do trabalho.

Ancorado na metodologia da pesquisa-ação e pesquisa participante desenvolve processos de pré-incubação, incubação e desincubação de EES, na perspectiva do diálogo entre

a pesquisa qualitativa e quantitativa e na busca de um trabalho interdepartamental que não apenas promove, mas é dependente da interlocução entre o ensino, a pesquisa e a extensão numa visão inter e transdisciplinar. Nesse sentido utiliza-se de diferentes ferramentas e envolve atividades de diagnóstico, formação dos agentes envolvidos, assessoria técnica, construção e disseminação de tecnologias sociais e de autogestão, formação e fortalecimento de redes de cooperação entre os EES e instituições parceiras, apoio à políticas públicas para a Economia Solidária. Orientações nos processos de articulação da compra de insumos, a produção e a comercialização de produtos. Espera-se que a incubadora solidifique parcerias e possa contribuir com o fortalecimento dos empreendimentos e com a construção de políticas públicas que possam garantir a sustentabilidade do desenvolvimento das atividades dos EES que atuam de forma coletiva e solidária. Bem como, ampliem o papel social da universidade junto a sociedade.

6. Objetivos Gerais:

Analisar e avaliar epistemologicamente políticas públicas, metodologias de incubação e processos educativos desenvolvidos junto aos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) na Bacia do Território do Alto Paraguai

7. Objetivos Específicos:

- Avaliar as políticas públicas, processos de incubação e a sua interface com as diferentes políticas públicas de inclusão socioprodutiva e de desenvolvimento social, econômico e ambiental;
- Avaliar as políticas públicas de incubação e sua interface com a política pública de economia solidária;
- Desenvolver programas, projetos e ações de inclusão socioprodutiva de trabalhadores em condições de vulnerabilidade social;
- Avaliar as políticas públicas da Agricultura Familiar e sua interface com políticas públicas vinculadas à Agroecologia;
- Identificar o status da institucionalidade da Política de Economia Solidária no Estado de

Mato Grosso;

- Identificar limites e possibilidades dessas políticas públicas em relação a organização autogestionária; formação/educação; produção e comercialização;

- Identificar metodologias de incubação e tecnologias sociais (produtos e processos) desenvolvidos pelos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES);

- Avaliar a Política Pública de Resíduos Sólidos (PNRS) e sua interface com a Política Pública de Economia Solidária a partir da sua relação com programas e ações de inclusão socioprodutiva na cadeia produtiva da reciclagem no Estado de Mato Grosso;

- Inserir estudantes da graduação e da pós graduação *stricto sensu* em projetos de extensão com interface com a pesquisa no sentido de consolidar os grupos de pesquisa no interior da universidade e ao mesmo tempo promover a aproximação com a sociedade;

8. Justificativa:

O Programa de Extensão da Incubadora de Organizações Coletivas Autogeridas, Solidárias e Sustentáveis (IOCASS), da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) Campus de Tangará da Serra se constitui em um PROJETO PROGRAMA, ou PROGRAMA GUARDA CHUVA. Trata-se de um programa permanente de ações junto ao mundo do trabalho, que tem interface entre a pesquisa e a extensão e envolve o ensino e busca contribuir com o desenvolvimento local da região da bacia do Território do Alto Paraguai. O programa está ligado ao Núcleo de pesquisa, extensão e estudos da complexidade do mundo do trabalho (NECOMT) e aos seus dois Grupos de Pesquisa: Desenvolvimento Regional Sustentável e as transformações no mundo trabalho (GDRS) e o Gestão: agricultura familiar e agroecologia (GAFA). Além disso, o programa se constitui, desde 2004, numa forte ação interdepartamental de com forte atuação na Extensão Universitária como dimensão relevante do compromisso social da Universidade interligando os vários projetos políticos pedagógicos dos cursos ao projeto político-institucional da UNEMAT, enquanto Universidade do interior para o interior.

Nesse sentido, vale destacar que entre os projetos aprovados com o apoio da IOCASS, em 2012, foi criada a Rede Autogestionária de Cooperativas e Associações de Catadores de Resíduos Sólidos do Estado de Mato Grosso REDE CATAMATO que aprovou junto a Fundação Banco do Brasil – FBB e em atendimento ao Edital de Chamamento Público nº 001/2012 – FBB/PETROBRAS/BNDES/MTE-SENAES, sendo a que a primeira colocada foi a

proponente Cooperativa de Produção do Material Reciclável de Tangará da Serra (COOPERTAN), representante da REDE CATAMATO.

Na busca de consolidar o tripé da relação ensino, pesquisa e extensão o programa se propõe fazer com que professores e estudantes ultrapassem os muros da Universidade e dialoguem com a sociedade e os Movimentos Sociais: Agricultores Familiares, Camponeses e Catadores. Essa propositura de compreende um processo de aprendizagem de duas vias. Uma da universidade para a sociedade disponibilizando conhecimentos e técnicas que podem se transformar em tecnologias sociais e outros da sociedade para a universidade valorizando os saberes construídos por esses grupos. Nesse sentido, a metodologia de pesquisa-ação se torna uma ferramenta fundamental para a integração entre o ensino, a pesquisa e a extensão e o diálogo entre a Universidade e a sociedade preparando melhor os profissionais que a UNEMAT está formando, não teremos apenas técnicos, mas profissionais mais sensíveis aos problemas sociais e mais comprometidos eticamente com outro mundo possível.

A relação entre ensino, pesquisa e extensão deve ainda promover uma estreita parceria entre a UNEMAT, os Departamentos envolvidos com a IOCASS, a UFMT/EIT/ARCA, a PMTS, o NUPES. A SEAPAES e os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES). Isso possibilitara a abertura de um campo alternativo de atuação para os estudantes de hoje, profissionais do futuro. Também deverá contribuir para ampliar o espaço da extensão universitária no Campus Universitário de Tangará da Serra (CUTS), visto que a processo político-pedagógico promovido pela incubação tem mediado a produção e o uso de tecnologias sociais via autogestão.

Segundo Sguarezi (2011, p. 162) a autogestão procura a reinvenção do humano pelo seu reencontro com o coletivo, com o outro, assim a autogestão promove o re-encantamento do humano. Simultaneamente busca ressignificar o trabalho e o sentido da vida, não apenas no trabalho. Partindo do pressuposto de que “Ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão” (FREIRE, 1987, p. 29), a autogestão é uma forma de libertação. Para Ramos (2010) “Uma realização concreta da autogestão é a possibilidade é o reencontro com o sujeito, o indivíduo, passa a se ver como um sujeito e ter uma autonomia dentro do seu processo de trabalho”. E essa autonomia emancipa e liberta. O que não quer dizer que esse reencontro fique restrito ao processo de produção. É nesse sentido, cremos que a relação entre ensino, pesquisa e extensão devem contribuir para a reprodução ampliada da vida,

não só na Universidade, mas também fora dela, ressignificando o trabalho de professores, estudantes e trabalhadores.

Nesse sentido, torna-se necessário que os trabalhos já realizados e os trabalhos que estão encaminhados possam estar dentro de um projeto macro de incubação. Também é oportuno lembrar que o processo de incubação pode e deve envolver os diferentes cursos da UNEMAT e também de outras instituições atendendo às exigências dos Projetos Políticos Pedagógicos dos Cursos envolvidos em projetos da incubadora. O NECOMT oferece vagas para bolsistas, estagiários, estagiários voluntários, também recebe estudantes que desenvolvem pesquisas que tem interface com a extensão desde Trabalhos de Conclusão de Cursos (TCCs) à teses de doutorado. Dessa forma a IOCASS se tornará um espaço de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Isso justifica a competência interdisciplinar, interdepartamental e interinstitucional do Programa da Incubadora de Organizações Coletivas Autogeridas Solidárias e Sustentáveis (IOCASS).

A incubadora está localizada no município de Tangará da Serra-MT, que é considerada uma cidade de médio porte, localizada na Mesorregião do Sudoeste Mato-Grossense, estando a uma latitude 14°37'10" sul e a uma longitude 57°29'09" oeste, estando a uma altitude de 423 metros, área de 11.565,979 Km², população de 84.076 (IBGE, 2010), apresenta-se com clima tropical úmido. O município está situado no Território da Bacia do Alto Paraguai- BAP.

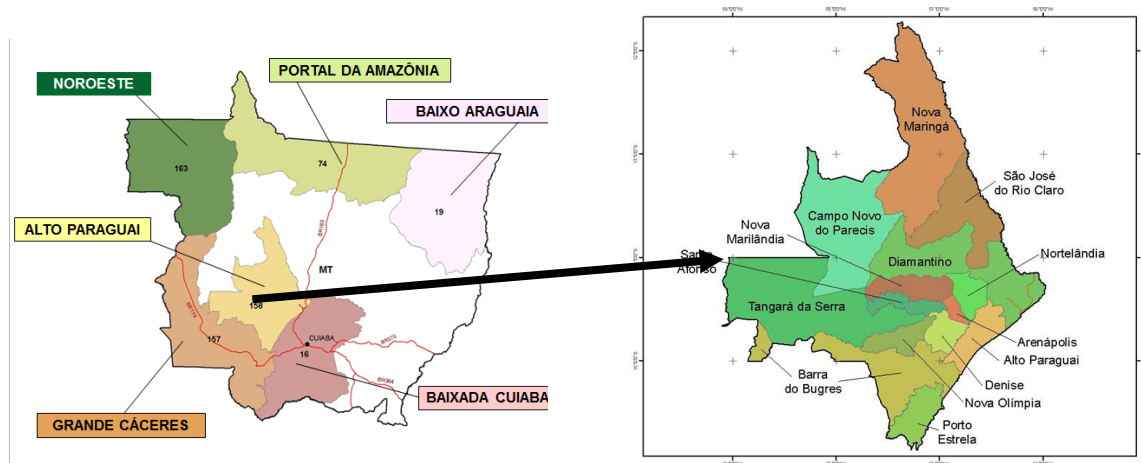


Figura 1: Localização do município de Tangará da Serra na Bacia do Alto Paraguai- BAP.

O período 1991-2000, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) de Tangará da Serra cresceu 14,87%, passando de 0,679 em 1991 para 0,780 em 2000. A dimensão

que mais contribuiu para este crescimento foi a Educação, com 41,3%, seguida pela Longevidade, com 34,7% e pela Renda, com 24,1%. Neste período, o hiato de desenvolvimento humano (a distância entre o IDH do município e o limite máximo do IDH, ou seja, 1 - IDH) foi reduzido em 31,5%.

Sobre o ensino no ano de 2011 a Rede Estadual de Ensino possui 16 escolas que atenderam 12.419. A rede municipal de ensino tem 29 escolas com 9.005 alunos matriculados em 2010. As Escolas Particulares são 11 que atendem, aproximadamente, 1.755 alunos. O ensino superior é caracterizado por três instituições de ensino: UNEMAT (Universidade Estadual de Mato Grosso); ITEC (Instituição Tangaraense de Ensino e Cultura) e UNIC (Universidade de Cuiabá).

Em termos industriais, conta com um Plano de Incentivo a novas empresas, que tem atraído alguns investimentos importantes (Lei nº 3445/2010 e decreto 363/2010 de 23 de novembro de 2010). O Plano oferece incentivo para a instalação de Indústrias no município como a doação de terreno e isenção dos impostos municipais, e o PRODEIC (através do Governo do estado - isenção de ICMS).

As empresas do município são estratificadas em indústria (6%), comércio (35,8%) e serviços (56,6%), totalizando 4.108 empresas ativas. O segmento das indústrias é representado por 261 empresas, enquanto o comércio por 1.471 empresas e por fim, serviços com a maioria, 2.326 empresas ativas.

As culturas de soja e cana-de-açúcar são as atividades predominantes, havendo o cultivo de outras culturas. A atividade de soja representa, considerando os municípios vizinhos, como Sapezal, Campos de Júlio e Campo Novo dos Parecis, 20% de toda a produção do estado, gerando uma produção de 3,6 milhões de toneladas (IBGE, 2009). Já a atividade de Cana de açúcar, representa na região de Tangará da Serra 50% da produção do estado, produzindo 8 milhões de toneladas.

A pecuária é baseada na fase de cria, recria e corte, além da leiteira. Destaca-se a atividade de avicultura, representada pela 3ª. posição para frangos e 7ª. posição para galinhas poedeiras no Estado. O rebanho de aves de corte evoluiu no período de 2000 de 2,7 milhões de cabeças para 3,1 milhões em 2009 (14,32%), enquanto que o rebanho de aves poedeiras para o mesmo período evoluiu de 119 mil para 347 mil cabeças (191%). O rebanho suinícola é o 16º do estado, com 19 mil cabeças.

O PIB tangaraense também vem evoluindo, representando 2,1% de participação no estado e situando-o na 11ª. posição mato-grossense. A renda per capita é de 11 mil reais anuais, situando a renda mensal em torno de 900,00 reais (SEFAZ/MT, 2011).

O saldo da balança comercial do município para o período é 50 milhões de reais, representando 622% em termos de evolução se considerado o período de 2000 a 2010. Sendo assim, o município mais exporta produtos do que importa. Entre as exportações destacam-se os bens intermediários, tais como alimentos e bebidas. Os principais destinos das exportações são os países do Reino Unido, China e Holanda que somados representam cerca de 78% das exportações municipais. Quanto a importação, os produtos em destaque também são bens intermediários, tais como peças e acessórios de transporte, tendo como principal destino das importações a China.

Mesmo com esse cenário de desenvolvimento o mapa de pobreza e desigualdade - municípios Brasileiros (IBGE 2003) apresentou um índice 33,63%. Para minimizar os problemas de desigualdade e enfrentar essa realidade o município vem desenvolvendo estratégias para o desenvolvimento de políticas públicas que visam a geração de trabalho e renda, dentre essas estratégias está a econômica solidária (ES).

No Estado de Mato Grosso pesquisas no campo da (ES) são incipientes em relação a outras áreas do conhecimento, em Tangará da Serra parece que as pesquisas se encontram em estágio mais avançado. Esse avanço se deve em grande medida pelo apoio da Universidade Pública, no caso a UNEMAT. O compromisso da UNEMAT com a agroecologia, com a economia solidária e com a autogestão de empreendimentos econômicos solidários (EES) nasce junto com a própria universidade que incorpora em seus quadros docentes e pesquisadores que atuam nesse campo. Ainda em 2002 foi concebido e aprovado na UNEMAT o PIESES - Programa de Educação e Socioeconômica Solidária que vai consolidar esse compromisso dentro da UNEMAT.

Conforme relato do professor Clóvis Vailant, “[...] *o movimento de articulação da Economia Solidária está presente em Mato Grosso através do Fórum Estadual de Economia Solidária, criado em 2004 por iniciativa da Delegacia Regional do Trabalho (DRT) e foi disseminado com mais ênfase a partir da articulação da Rede Mato-grossense de Educação e Socioeconômica solidária (REMSOL)*” (SENGER, 2008, p. 29).

Essas ações passam a se fortalecer na Universidade a partir do I Encontro Mato-

grossense de Educação e Socioeconômica Solidária (EMESOL), realizado em agosto de 2003, quando foi fundada a Rede REMSOL. Dentre as instituições que articularam esse processo estão: a Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), Movimento Sem Terra (MST), Sindicato dos Trabalhadores no Ensino Público de Mato Grosso (SINTEP-MT), Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE-MT), Associação Regional de Produtores Agroecológicos (ARPA), as tribos indígenas *Myku e Irantxe* e o Movimentos dos Pequenos Agricultores (MPA). Foi a partir dessa articulação que em 2003 a UNEMAT passa a fazer parte da Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho (UNITRABALHO – vale ressaltar que as primeiras experiências de incubação na UNEMAT obtiveram apoio da Fundação Banco do Brasil-FBB) e serão constituídos vários núcleos de incubação de empreendimentos econômicos solidários (EES) em pelo menos 07 *Campis* da UNEMAT.

Em Tangará da Serra ainda em 2003 foi criado o Núcleo de Pesquisa, Extensão e Estudos da Complexidade do Mundo do Trabalho (NECOMT) que participa ativamente do desenvolvimento da ES no município de Tangará da Serra-MT com projetos de pesquisa e extensão na área urbana e rural. O NECOMT através de seus dois Grupos de Pesquisa: Gestão Agricultura Familiar e Agroecologia-GAFA (certificado junto ao CNPq em 2003) e Desenvolvimento Regional Sustentável e as Transformações no Mundo Trabalho – GDRS (certificado junto ao CNPq em 2006) vem contribuindo sistematicamente com a construção de políticas públicas no campo da ES. Agora em 2012, visando fortalecer e consolidar esse processo foi institucionalizado pela UNEMAT o Programa de Extensão da Incubadora de Organizações Coletivas Solidárias e Sustentáveis (IOCASS), da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) *Campus* de Tangará da Serra se constitui em um programa permanente de ações junto ao mundo do trabalho, de forma a contribuir com o desenvolvimento local sustentável da região da bacia do Alto Paraguai.

As contribuições dos pesquisadores do NECOMT e da UNEMAT se consolidam na forma de políticas públicas em várias parcerias com o poder público local. A criação da Lei Municipal que institui o Fomento à Economia Popular Solidária de Tangará da Serra (Lei 2.460 de 16 de dezembro de 2005) foi gestada a partir do NECOMT e da parceria entre a UNEMAT e a Prefeitura Municipal. A partir dessa Lei foi possível implantar um 1º Curso de Pós Graduação (*lato sensu*) de Capacitação de Lideranças em Economia Solidária em 2006 (SGUAREZI, BORGES, ZART, 2008). Em 2007 foi criado o Núcleo de Participação Social e Economia

Solidária (NUPES), através da Lei Municipal 2.752 de 13 de agosto de 2007. O objetivo do NUPES é articular a política social e de economia solidária no município potencializando a geração de trabalho e renda, a erradicação da miséria através do fomento aos empreendimentos econômicos solidários (EES) apesar de incipiente o processo de construção de políticas públicas ganha força institucional e se alastra em rede, isso tem gerado autonomia tanto para os EES quanto para os seus associados.

Em 2008 foi aprovada a Lei Nº 2991, de 01 de outubro de 2008 que dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Economia Solidária. Outro sujeito importante na articulação de políticas públicas em ES é o Fórum Municipal de Economia Solidária (FESOL). Conforme Sguarezi (2011, p. 104) este foi o primeiro Fórum Municipal de Economia Solidária do Estado de Mato Grosso [...] com o objetivo de continuar o processo de aperfeiçoamento de ES e contribuir para as discussões no âmbito das políticas públicas, o FESOL é um espaço de discussão e elaboração de propostas para a economia solidária no município. Ele é constituído por empreendimentos solidários e entidades de apoio. As ações da UNEMAT/NECOMT/IOCCAS/NUPES não se restringem ao município, alcançam o Estado de Mato Grosso e foram importantes na articulação para a criação da Lei de Economia Solidária 8.936 de 17/07/2008 que aguarda a publicação de um Decreto que regulamenta a referida Lei e cria o Conselho Estadual de Economia Solidária.

Em Tangará da Serra-MT, a ES apresenta-se em processo de consolidação expansão com o apoio do poder público municipal através do NUPES e da Universidade do Estado de Mato Grosso através do NECOMT e da IOCCAS. Em 2011 a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso (FAPEMAT) aprovou o projeto **DIAGNÓSTICO, PRÉ-INCUBAÇÃO E INCUBAÇÃO DE EMPREENDIMENTOS ECONOMICOS SOLIDÁRIOS DE TANGARÁ DA SERRA-MT: reflexões sobre a relação da pesquisa e da extensão no processo de construção de tecnologia social pelo viés da autogestão**. O objetivo do projeto é promover através da pesquisa-ação a reflexão sobre o processo de cooperação na construção de tecnologia social entre a UNEMAT, o estado e a sociedade civil organizada em Empreendimentos Econômicos Solidários e Sustentáveis (EESS), fortalecendo as relações sociais transformadoras da pesquisa e da extensão através do processo de incubação pelo viés da autogestão. Tendo como público alvo os trabalhadores e trabalhadoras atuantes em organizações e empreendimentos coletivos solidários, das áreas rurais e urbanas.

9. Resultados Esperados:

- Parcerias institucionais consolidada entre a incubadora e parceiros;
- 05 Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) fortalecidos e consolidados;
- 01 Rede de Catadores de materiais recicláveis institucionalizada;
- 01 Rede de comercialização e finanças solidarias consolidada;
- Políticas públicas avaliadas e repensadas na lógica institucional da Economia Solidária;
- Papel social da universidade junto a sociedade civil organizada reconhecido;
- 10 Estudantes da graduação e da pós-graduação *stricto sensu* inseridos em projetos de extensão com interface com a pesquisa;
- 02 grupos de pesquisa consolidados no interior da universidade.

10. Hipóteses ou Questões Problemas:

Qual têm sido os resultados das políticas públicas de inclusão socioproductiva que envolvem metodologias de incubação junto aos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) na Bacia do Território do Alto Paraguai? Qual a interface entre essas políticas públicas e os processos educativos no mundo do trabalho vinculado autogestão?

11. Materiais e Métodos:

As ações acontecem a partir do processo de pré-incubação e incubação, o qual abrange atividades de diagnóstico, formação dos agentes envolvidos, assessoria técnica, disseminação de tecnologias sociais e de autogestão, formação e fortalecimento de redes de cooperação entre os EES e instituições parceiras, apoio à políticas públicas para a economia solidária, orientações favoráveis à compra de insumos e a comercialização de produtos. E deverão ocorrer partir:

- ✓ Acompanhamento sistemático dos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES);
- ✓ Visitas in loco as comunidades de Agricultores Familiares, Camponeses e Cooperativas de Catadores para se familiarizar com o processo e o sistema produtivo e de gestão;
- ✓ Orientações técnicas e extensionistas direcionadas aos objetivos do programa na perspectiva da demanda dos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) incubados;
- ✓ Cadastramento das famílias e diagnóstico sócio econômico;

- ✓ Realização de entrevistas;
- ✓ Aplicação de questionários semi-estruturados com o objetivo de delinear ações do programa para atender os grupos incubados;
- ✓ Palestras direcionadas as demandas mais abrangentes que envolvem todos os sujeitos do grupo;
- ✓ Oficinas de práticas agroecológicas com ênfase em manejo dos solos;
- ✓ Oficina de manipulação de alimentos
- ✓ Oficinas de qualificação na perspectiva da economia solidária e dos grupos incubados;
- ✓ Seminários e encontros ampliados visando a conscientização e a formação técnica e política.

A incubação dos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) são instruídas pelos princípios e os processos de pesquisa-ação e pesquisa participante do programa procuram seguir o “Vínculo teórico e metodológico [proposto por Henri Desroche] entre pesquisa-ação e projeto cooperativo, colocando a serviço desse último os procedimentos de aprendizagem e de investigação próprios de uma visão participativa do conhecimento e da efetivação de iniciativas dos autores (pesquisadores) e dos atores sociais interessados (THIOLLENT, 2006).

O acompanhamento do processo será realizado de forma autogestionária entre a universidade e as instituições de apoio e lideranças dos EESS, que a partir das demandas trabalhará a organização das atividades da incubadora tendo como base no debate teórico entre a relação capital-trabalho no sentido de garantir a cidadania as pessoas e emancipação dos grupos incubados através da economia solidária, além disso, as ações do programa também serão focadas em técnicas pragmáticas que possibilitem a geração de renda, a inserção eficiente no mercado através do assessoramento e apoio técnico visando a autogestão.

Para dar sustentação a esse desafio será utilizada a mesma metodologia desenvolvida pela Rede Unemat/Unitrabalho-Incubees/Necomt que segue as recomendações de EID (2002, p. 2) “Recomenda-se que a busca da autogestão seja entendida como um processo longo e complexo que articula sobrevivência no mercado com a necessidade de aprendizagem e desenvolvimento permanente”. Aprendizagem para melhoria de eficiência organizacional e desenvolvimento pessoal para cidadania.

A metodologia de incubação da Fundação Interuniversitária de Estudos e Pesquisas sobre o Trabalho (UNITRABALHO) e pela incubadora do NECOMT teve e tem os seguintes

componentes: a) Implantação e avaliação do trabalho das incubadoras; b) Incubação nas suas etapas (pré-incubação, incubação e desincubação) e a avaliação participativa dos empreendimentos incubados (fatores de desenvolvimento, crise, sucesso, insucesso, redefinição de estratégias); c) Intercâmbio entre incubadoras para implantação de novas incubadoras; d) Intercâmbio entre EESS no sentido da construção de Redes de Economia Solidária (EID, 2002, p.2).

É importante ressaltar que a participação dos acadêmicos ocorrerá de diversas formas. Poderão participar acadêmicos de qualquer curso da UNEMAT ou de outra IES desde que envolvidos em projetos de pesquisa e extensão universitária, desenvolvendo estágio ou realizando Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs). Além disso a IOCASS também recebe estudantes da pós-graduação.

Assim a IOCASS poderá cumprir com a missão dos Projetos Políticos Pedagógicos dos mais deferentes cursos de graduação. O Programa da Incubadora de Organizações Coletivas Autogeridas Solidárias e Sustentáveis (IOCASS) portanto, é um espaço de diálogo entre os diferentes saberes e disciplinas. É uma proposta de desenvolvimento que comporta um envolvimento econômico local, o qual não se pretende hegemônico porque inclui relações econômicas humanizadas e éticas que respeitam a diversidade social, política e cultural. Assim, a ação de incubação proposta pela IOCASS está fundada na complexidade do interconhecimento e do *transconhecimento*. Este é o conhecimento *transdisciplinar*, necessariamente ancorado numa visão de mundo que dialoga com a lógica da ecosolidariedade, da teosolidariedade e da antroposolidariedade. Ele impulsiona um desenvolvimento ancorado na sustentabilidade, que não se reduz ao pragmatismo tecnicista do mercado; portanto, um desenvolvimento *transsustentável* que traduz a incompletude da sustentabilidade, uma vez que permite não só o diálogo e o trânsito entre o econômico, o político, o social e o cultural, mas por comportar a ousadia da *transcendência* e da *transgressão*, que carregam a esperança e a utopia. Uma esperança que não espera. Uma utopia que motiva caminhar. É um fazer junto singular aos sujeitos do processo, reagindo pró-ativamente, protagonizando e vivendo *outro mundo possível*.

No que se refere as ferramentas serão utilizadas visitas técnicas, estágios de vivência, diagnóstico sócio econômico ambiental, entrevistas, questionários, palestras e seminários. No processo de formação dos trabalhadores serão realizadas oficinas e palestras.

Serão combinados métodos quantitativos e qualitativos procurando superar dogmatismos.

A pesquisa procurará aprofundar a discussão do método quali para aprimorar os resultados da pesquisa quanti. A análise qualitativa de que se apropria esse trabalho, faz uso da pesquisa documental no sentido de estabelecer um aprofundamento nas análises dos resultados, priorizando a relação com as evidências empíricas e com a literatura sobre o assunto. Nesse caso, a pesquisa documental é a própria análise das estatísticas geradas para a estruturação da análise puramente quantitativa, mas que agora se reveste também de um aprofundamento do tema, explicando o porquê das coisas de maneira não-métrica. Será utilizada observação direta, aplicação de formulários com roteiros pré-estruturados. A base da pesquisa qualitativa será a metodologia da pesquisa-ação, a metodologia participativa e metodologia de grupos focais. Ambas permitirão envolver os agentes sociais que participam mais diretamente do EES na apresentação de suas experiências de gestão, assim como, interagir na construção de referências sobre as principais dificuldades e proposições de avanços e aprimoramento dos programas/projetos.

O passo seguinte será identificar estudos sobre avaliação de efetividade dessas políticas. Posteriormente terá como centralidade um questionário, a pesquisa quantitativa, em que será constituído um conjunto de variáveis voltadas para a construção de um diagnóstico sobre a política dos EES. Será elaborado formulários específicos para incubadoras, empreendimentos e para os gestores de universidades públicas. Será definida a listagem de empreendimentos a serem visitados e elaborado um cronograma e um roteiro de visitas, a serem efetuadas ao longo da pesquisa. A partir das informações coletadas e do cruzamento com outras bases de dados a serem identificadas como relevantes no âmbito da pesquisa, será construída uma base de dados, envolvendo todo o trabalho de digitação das informações primárias, bem como estruturação do esquema de análise, sistematização e análise de consistência dos dados, e síntese das principais informações analíticas.

As informações qualitativas serão analisadas com o auxílio de um *software* de análise qualitativa de dados, o *NVivo Pro*, produzido pela empresa QSR Internacional. O *NVivo* é um software que suporta métodos qualitativos e variados de pesquisa, além de ser compatível com diversas técnicas de análise. Otimiza a organização e análise de informações em dados não estruturados ou qualitativos como entrevistas, respostas abertas de pesquisa, artigos, mídia social e conteúdo *web* (QSR INTERNACIONAL, 2013).

A pesquisa quantitativa será utilizada para analisar e elaborar a correlação dos

indicadores de desenvolvimento e inclusão socioprodutiva com base nos dados oficiais (IBGE/Cadúnico/SIES/ ECOSOL/DIEESE/UNESCO), DIEESE/Observatório Nacional da Economia Solidária e do Cooperativismo (ONESC). Caso seja necessário a utilização de dados estatísticos de forma elevada, intentar-se-á utilizar o *software stata*.

12. Referencial Teórico:

As transformações socioeconômicas das últimas décadas trouxeram consequências ao mundo do trabalho, influenciando os rumos do Brasil de forma significativa. O Estado de Mato Grosso, não ficou imune ao impacto dessas transformações. A opção pelo modelo de desenvolvimento econômico vigente e o processo de colonização promoveram um dos casos mais perversos de concentração fundiária e de renda no país que fez do Mato Grosso um Estado rico por natureza (formado por três biomas: Cerrado, Pantanal e Amazônia) e excludente por opção, visto que o Estado acumulou passivos sociais, econômicos, culturais e ambientais.

Em resposta a esses problemas surgiu a economia solidária com base na autogestão como uma alternativa para a democratização econômica. Que exige dos trabalhadores a transcendência paradigmática da heterogestão para a autogestão e coloca o desafio da democracia como modo de vida.

Questões sociais como a violência, desemprego, fome, miséria são velhos problemas que tomam novas formas, mas no paradigma capitalista eles se reproduzem sem novas perspectivas. A reinvenção social da modernidade tornou as cidades, os espaços urbanos e amontoados de gente expulsa do campo pela introdução do modo de produção capitalista na agricultura representada pelo agronegócio. A tecnificação e a utilização de insumos industriais não garantem nem o ‘fim da fome’, tampouco a empregabilidade nas cidades. No caso das regiões periféricas, como é o Estado de Mato Grosso, essa situação se agrava ainda mais porque os fornecedores da agricultura a montante em sua maioria estão localizados no sudoeste e no sul do país, portanto, não geram expansão de empregos na zona urbana, isso tem ampliado os problemas sociais nas maiores cidades do Estado, mas também nos municípios da Bacia do Alto Paraguai território abandonado por crateras de antigos garimpos com os municípios com os menores IDH do estado, sendo conhecidos como “vale da miséria”. O que indica muitos limites, mas também comporta muitas possibilidades de desenvolvimento.

Para superar limites e encontrar possibilidades existem dois conjuntos de propostas como se observa está centrada na perspectiva da geração de trabalho, emprego e renda. Evidente que se aplicadas às alternativas haverá um efeito dominó na geração e distribuição de riqueza no país. Mas, o pleno emprego ainda é um desafio amplo. A execução de uma política de reforma agrária para a fixação do homem no campo lhe garantindo qualidade de vida no campo já terá desdobramentos imediatos em várias áreas da economia, além disso, os investimentos no campo retornam em forma de alimentos no prazo de uma safra, ou de um ano agrícola. Outros efeitos multiplicadores viriam dos investimentos em infraestrutura em especial as áreas da construção civil que tem impacto imediato na economia. Mas mesmo assim, isso seria insuficiente para alocar tantos desempregados Brasil a fora.

Na outra vertente estão as propostas das iniciativas da economia solidária¹ que é uma forma de produção baseada na mobilização e organização de trabalhadores, que visam a inserção produtiva através do trabalho baseado, fundamentalmente, na autogestão, cooperação, participação e solidariedade.

O termo economia solidária, como sabemos abrange uma série de experiências organizacionais, de associação livre em atividades econômicas, para fins de assegurar a sobrevivência dos trabalhadores e de enfrentar problemas comuns, de interesse coletivo. A organização desses trabalhadores em um empreendimento econômico que lhe garante ocupação e renda, além de propiciar melhoria nas condições materiais de vida, estimula práticas que colaboram para a tomada de consciência dos sujeitos frente a temas que extrapolam a gestão do empreendimento. Ao desenvolverem a gestão coletivamente, os trabalhadores são estimulados a exercerem sua cidadania (SCHÜTZ; GAIGER, 2006, p. 56-57).

Os empreendimentos econômicos solidários partilham, entre eles, lógicas fundamentais sob suas óbvias diferenças. Uma lógica fundamental é a autogestão. A autogestão, princípio da economia solidária é importante porque busca novas relações sociais e de trabalho. A organização coletiva é a principal premissa para o modelo de gestão característico da economia solidária, que se funda na democratização das decisões e cooperação nas relações de trabalho.

A autogestão tem como mérito principal não a eficiência econômica (necessária em si), mas o desenvolvimento humano que proporciona aos praticantes. Participar das discussões e decisões do coletivo, ao qual está associado, educa e conscientiza, tornando a pessoa mais realizada, autoconfiante e segura. É para isso que vale a pena se empenhar na economia solidária (SINGER, 2002, p. 21).

¹ Não é objetivo deste trabalho é reconstituir historicamente a economia solidária, desde a influência dos socialistas utópicos e a experiência dos Pioneiros de Rochdale. Para adentrar nessa análise, consultar Paul Singer (2002).

Como resposta para enfrentar os problemas ocasionados por essas mudanças, os movimentos sociais encontraram na economia solidária e na autogestão uma alternativa para a geração de trabalho e renda e a *democratização econômica*.

As razões do atual florescimento do associativismo econômico entre os trabalhadores, hoje designado de *economia solidária*, permitem destacar alguns fatores gerais. No cenário macroeconômico, por exemplo, cita-se invariavelmente a redefinição do padrão de acumulação capitalista, por seus feitos sobre a reconfiguração mundial dos mercados, as cadeias e estruturas produtivas e sobre a própria geopolítica. A isto estaria associada a crise de grande magnitude que atinge o sistema de trabalho assalariado, pedra angular da ordem social capitalista, cujo o reflexo imediato seria a volta do desemprego massivo e da exclusão social. O fato, em si mesmo, impulsiona os trabalhadores à busca de trabalho e renda. No plano político, a derrocada da experiência socialista teria colocado em xeque as pautas de intervenção social das organizações e das correntes políticas. Esse fato, uma vez superado um momento inicial de perplexidade e desorientação, estaria ajudando a desobstruir o caminho, em direção a novas experiências sociais e novos esquemas de análise e de formulação estratégica. Assim, mesmo com alguma hesitação, veio a reconhecer-se a compatibilidade entre economia solidária e a economia de mercado, no sentido de admitir sua convivência e encontrar aí, ao menos passageiramente, condições de expansão da primeira [da ecosol] (GAIGER, 2004, p. 08).

Considera-se que a consolidação da democracia no Brasil depende da competência organizativa da sociedade e esse resultado se dará na medida em que as pessoas compreenderem a complexidade da democracia, a importância do fazer coletivo e da participação. Pode-se afirmar que os movimentos sociais também percebem isso e protagonizam através da economia solidária uma verdadeira transformação social silenciosa, paradigmática e pragmática. Cabe aos trabalhadores a transcenderem da heterogestão para a autogestão, pois esta, coloca o desafio da democracia como modo de vida.

Democracia como modo de vida e garantir o acesso e a tomada de consciência das populações em geral de seus direitos e deveres da cidadania, para alcançar uma cidadania ativa e plena, a construção de sujeitos livres e com capacidade de decisão, lutando pelo objetivo permanente de resgatar o humano (WANDERLEY, 2010, p. 34).

É uma transformação pragmática porque requer o avanço das competências organizativas, internas em cada empreendimento e externas criando redes que possibilitem a consolidação do movimento.

Evidente que é preciso conhecer os constrangimentos dessa alternativa. Identificar os desafios que constituem limites e possibilidades da autogestão na alavancagem dos

empreendimentos econômicos solidários (EES) no país; investigar e compreender a complexidade que envolve de forma polissêmica os conceitos de economia solidária e autogestão pode contribuir para ampliar essa compreensão.

Santos e Rodriguez (2002, p. 29) citado por (VERONESE, 2009, p. 58) afirmam: “[...] desde organizações econômicas populares constituídas pelos setores mais marginalizados na periferia até cooperativas prósperas no centro do sistema mundial”, fazem parte desse movimento, o que nos permite imaginar que a economia solidária poderá consolidar-se nos mais variados campos da atividade econômica. Para Laville e Gaiger (2009, p. 162)

A economia solidária é um conceito amplamente utilizado em vários continentes, com acepções variadas que giram ao redor da ideia de solidariedade, em contraste com o individualismo utilitarista que caracteriza o comportamento econômico predominante nas sociedades de mercado. O termo foi cunhado na década de 1990, quando, por iniciativa de cidadãos, produtores e consumidores, despontaram inúmeras atividades econômicas organizadas segundo princípios de cooperação, autonomia e gestão democrática. As expressões da economia solidária multiplicaram-se rapidamente, em diversas formas: coletivos de geração de renda, cantinas populares, cooperativas de produção e comercialização, empresas de trabalhadores, redes e clubes de troca, sistemas de comércio justo e de finanças, grupos de produção ecológica, comunidades produtivas autóctones, associações de mulheres, serviços de proximidade, etc. Essas atividades apresentam em comum a primazia da solidariedade sobre o interesse individual e o ganho material, o que se expressa mediante a socialização dos recursos produtivos e a adoção de critérios igualitários.

Outra questão pertinente levantada por (GAIGER, 2004),

[...] é que as redes onde se inserem os empreendimentos econômicos solidários, não são formadas somente por organizações da economia solidária; são formadas por/entre elas e mais uma infinidade de outras organizações, uma miríade composta por empresas capitalistas, associações, conselhos populares, instâncias governamentais etc., possivelmente refratárias a um entendimento mútuo. É preciso, então, criar inteligibilidade e reconhecimento entre atores sociais tão diversos. Aquele ator que ocupa um lugar “inferiorizado” na hierarquia social, cuja perspectiva exalta o cidadão altamente educado (em termos de educação formal) e/ou que possui bens materiais, deve comunicar-se com esses últimos e pode encontrar sérias dificuldades nessa tarefa.

A gestão desse processo em rede, a articulação dos contraditórios interesses e de campos tão distintos amplia o grau de dificuldades enfrentadas pelos empreendimentos econômicos solidários e na medida em que se amplia essa complexidade, se amplia o desafio da gestão para esses empreendimentos. Surge o desafio da economia solidária. A economia solidária, apesar de seguir uma lógica completamente diferente das empresas capitalistas, assemelha-se no processo

de decisão estratégica. Nas empresas privadas os administradores especializados são chamados para gerenciar o processo de tomada de decisão cotidiano, mas quem efetivamente decide estrategicamente são os controladores do capital que nem sempre são especialistas.

Esse processo é semelhante nas organizações autogeridas, porque quem toma as decisões mais importantes são os sócios em assembleia geral após amplo processo de discussão coletiva, e essa ampla mobilização de experiência que não fica apenas numa cúpula, como na empresa privada, é que faz a diferença qualitativa dos empreendimentos autogeridos. Ou seja, geralmente, o processo de tomada de decisão estratégico nos empreendimentos econômicos solidários precisa de um horizonte de tempo maior para esgotar argumentações e ponderações dos sócios.

Em geral os empreendimentos de economia solidária estão na contra corrente do processo macro-estrutural e se encontram em um processo contínuo de construção de aprendizagem. E para garantir a consolidação desses empreendimentos é fundamental pensar em: “[...] fontes de financiamento, redes de comercialização, assessoria técnico-científica, formação continuada dos trabalhadores e apoio institucional e legal por parte das autoridades governamentais” (SINGER, 2003, p. 23).

Sentimos a necessidade de avançar e outro ponto que tem preocupado os sujeitos envolvidos nesse processo de construção da economia solidária no Estado de Mato Grosso: a administração desses empreendimentos. A administração não apenas na sua questão técnica, mas na sua abrangência humana, ética, política, cultural, ambiental. Esse é o desafio de gestão, reafirmo, no sentido de compreender como se dá a autogestão nos empreendimentos econômicos solidários.

Portanto a administração nesses empreendimentos não pode ser aplicada apenas como uma técnica social, na roupagem da autogestão ela se apresenta como uma arte inter e transdisciplinar porque foge do enfoque tecnicista encontrado nas empresas capitalistas. Reafirma-se é necessária uma mudança de paradigma mental dos próprios trabalhadores que foram educados para a heterogestão e agora enfrentam os desafios da autogestão. Compreender e superar esse desafio são fundamentais para a sustentabilidade desses empreendimentos. Por isso, as possibilidades da organização dos trabalhadores sob a forma de empreendimentos econômicos solidários perpassam pela compreensão e pela prática da autogestão. Dialogar sobre esse problema parece pertinente para compreender que a iniciativa da economia solidária requer uma

prática de re-ligação entre diferentes conceitos propostos por este projeto/programa.

13. Cronograma de Atividades:

Atividades	2014 a 2016											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Pesquisa bibliográfica	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	
Capacitação da Equipe		x	x									
Capacitação dos EES					x	x	x	x				
Avaliação e monitoramento das ações					x	x	x	x	x			
Publicação dos resultados								x	x	x	x	x
Entrega do Relatório Final												x

Atividades	2017											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Publicações	x	x	x	x	X	x	x	x	x	x	x	x

14. Referências Bibliográficas (Conforme Normas da ABNT):

ALTIERI, M. **Agroecologia**: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. Porto Alegre: UFRGS, 2004, 2001.

ARRUDA, Marcos. **Humanizar o Infra-humano**: a formação do ser humano integral: homo evolutivo, práxis e economia solidária. Petrópolis: Vozes, 2003.

BOFF, Leonardo. **Ethos Mundial**: um consenso mínimo entre os humanos. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas**: sobre a teoria da ação. Trad. Mariza Corrêa. Campinas: Papyrus, 1996.

CHESNAIS, François. **O Capitalismo de Fim de Século**. In. COGGIOLA, Osvaldo. Globalização e Socialismo. São Paulo: Xamã, 1997.

DUARTE, W. M. et al. **Indicadores de Sustentabilidade na Roça de Toca e em Monocultura de Soja**. In: I Mostra Interdepartamental de Trabalhos Acadêmicos da Unemat, 2, Tangará da Serra, 2004. Cáceres: Unemat Editora, 2004.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. 17ª edição. 23ª Reimpressão. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

FREIRE, Paulo. **Política e educação: ensaios**. 5ª Ed. São Paulo: Cortez, 2001.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção Dialética da História**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

GUARESCHI, Pedrinho A. **Sociologia da Prática Social**. Petrópolis: Vozes, 1992.

GUTIÉRREZ, Francisco e PRADO, Cruz. **Ecopedagogia e Cidadania Planetária**. Trad. Sandra Trabucco Valenzuela. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2000.

HABERMAS, Jürgen. **Consciência Moral e Agir Comunicativo**. Trad. Guido A. de Almeida. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

HELLER, Agnes. **O Cotidiano e a História**. Trad. Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. São Paulo: Paz e Terra, 1970.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010. **Censo 2010**. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/dados_divulgados/index.php?uf=51>. Acesso em: 25 Jan. 2014

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2007. **População recenseada e estimada**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 25 Jan. 2014.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010. **Censo 2010b**. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/dados_divulgados/index.php?uf=51>. Acesso em: 25 Jan. 2014

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010a**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 25 Jan. 2014

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2000**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 25 Jan. 2014.

MORAIS, Clodomir Santos de. **Teoria da Organização Autogestionária**. Porto Velho: Edufro, 2002.

MORIN, Edgar. **Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro**. Trad. Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya. São Paulo: Cortez; Brasília/DF: UNESCO, 2001.

PALUDO, Conceição. **Educação Popular em Busca de Alternativas**: uma leitura desde o campo democrático popular. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001.

PERRENOUD, Philippe. **Dez Novas Competências para Ensinar**. Trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Artmed, 2000 SEQUEIROS, Leandro. Educar para a Solidariedade: projeto didático para uma nova cultura de relações entre os povos. Trad. Daisy Vaz de Moraes. Porto Alegre: Artmed, 2000.

RAMOS, E, Mogobe, B. Globalização e Ubuntu. In: SANTOS, Boaventura, de S; MENESES, Maria, P. **Epistemologias do sul**. Coimbra: CES, 2010.

SENGER, Neuri E. **Autogestão: a organização coletiva do trabalho na Coopertan**. 2008. Monografia (Pós Graduação Latu Sensu em Economia Solidária) – Núcleo de Pesquisa, Extensão e Estudos da Complexidade no Mundo do Trabalho (NECOMT), Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), Tangará da Serra, 107 p.

SQUAREZI, Sandro B. **Autogestão e economia solidária: limites e possibilidades**. 2011. 263 p. Tese. (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

SINGER, Paul. **Uma Utopia Militante**: repensando o socialismo. Petrópolis: Vozes, 1998.

SOUSA SANTOS, Boaventura de. **A Crítica da Razão Indolente**: contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez, 2000.

TEIXEIRA, Aloisio (org.). **Utópicos, Heréticos e Malditos**: os precursores do pensamento social de nossa época. São Paulo: Record, 2002.

TÉVOÉDJRÉ, Albert. **A Pobreza, Riqueza dos Povos**: transformação pela solidariedade. Trad. Reinaldo Matias Fleuri. Petrópolis: Vozes, 2002.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO. Projeto de pesquisa: Mapeamento de Empreendimentos Econômicos Solidários, Entidades de Apoio e Políticas Públicas de Economia Solidária nos Estados de MT e MS. **UNEMAT/PRPPG**: Cáceres-MT, 2013.

ZART, Laudemir Luiz. **Educação Ambiental Crítica**: o encontro dialético da realidade vivida e da utopia imaginada. Cáceres/MT: Unemat Editora, 2004.

15. Orçamento:

15.1 Bolsas

Especificação	Qtde.	Valor Unitário	Valor Total
01 bolsista DTI B	24	R\$ 3.000,00	R\$ 72.000,00
01 Bolsista DTI C	24	R\$ 1.100,00	R\$ 26.400,00
Total			R\$ 98.400,00

15.2 Diárias e Passagens

Especificação	Qtde.	Valor Unitário	Valor Total
Passagem CuiabaxBrasíliaxCuiaba	4	R\$ 1.200,00	R\$ 4.800,00
Passagem CuiabaxBelemxCuiaba	2	R\$ 2.000,00	R\$ 4.000,00
Passagem CuiabaxSão PauloxCuiaba	4	R\$ 1.000,00	R\$ 4.000,00
Diárias	100	R\$ 187,00	R\$ 18.700,00
Total			R\$ 31.500,00

15.3 Serviços de Terceiros – Pessoa Física e Pessoa Jurídica

Especificação	Qtde.	Valor Unitário	Valor Total
Impressão de cartazes, folders, panfletos e banners			R\$ 3.000,00
Combustível	3	2.200	R\$ 6.600,00
Serviços de consultorias PJ			R\$ 10.000,00
Total			R\$ 19.600,00

15.4 Fontes de Recursos

Discriminação	UNEMAT (Campi e/ou	Outra fonte	Total
---------------	--------------------	-------------	-------

	Depto)		
Bolsas		CNPQ	R\$ 98.400,00
Diárias e Passagens professores, bolsistas e terceiros		CNPQ	R\$ 31.500,00
Serviços de Terceiros e Encargos Diversos		CNPQ	R\$ 19.600,00
Total			R\$149.500,00

15.5 Cronograma de Desembolso

Elementos de Despesas/Fontes de Recursos	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Total
Bolsas (2014 e 2015)	R\$49.200,00	R\$49.200,00	0,00	0,00	R\$98.400,00
Diárias e Passagens professores, bolsistas e terceiros	R\$10.500,00	R\$10.500,00	R\$10.500,00	0,00	R\$31.500,00
Serviços de Terceiros e Encargos Diversos	R\$6.533,33	R\$6.533,33	R\$6.533,34	0,00	R\$19.600,00
<i>Sub-total</i>	R\$66.233,33	R\$66.233,33	R\$17.033,34	0,00	R\$149.500,00
Outras fontes					
Serviços de Terceiros e Encargos Diversos					
<i>Sub-total</i>					
TOTAL	R\$66.233,33	R\$66.233,33	R\$17.033,34	0,00	R\$149.500,00